

SAÚDE E DOENÇAS NO PAÍS DAS AMAZONAS (1850-1890)

Hideraldo Lima da Costa,

Universidade Federal do Amazonas

Deserto, sertões. A Amazônia ainda era assim chamada a meados do século XIX e início do século XX. É de uma parte dessa imensa região que trataremos nesta comunicação. Para uma melhor compreensão da problemática situaremos as dificuldades que se apresenta ao historiador que deseje enfrentar a problemática. Nesse sentido o corte cronológico mostra-se ambicioso. As incursões podem ser feitas desde o século XVII, uma vez que na região o processo de conquista tem início oficialmente com a fundação do forte do Presépio, origem mais remota da cidade de Belém em 1616. No espaço geográfico correspondente ao que é hoje o estado do Amazonas a documentação mostra-se com mais facilidade a partir de 1850 com a criação da Província, portanto, em plena vigência do império.

É nessa área geográfica e neste espaço temporal que nos ocuparemos aqui ou seja na Província do Amazonas, atual estado do Amazonas, nos anos de 1850 a 1890.

Um esclarecimento faz-se necessário. Na produção historiográfica regional, praticamente, não há trabalhos que reflitam sobre as condições de saúde na área correspondente ao que hoje é o atual Estado do Amazonas. Por mais paradoxal que possa parecer, num rápido levantamento documental, sobretudo no período a partir de 1850, é possível aquilatar que informações sobre essa problemática são inúmeras e bastante significativas. Por exemplo, no primeiro relatório do primeiro Presidente da Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, consta um levantamento minucioso que o mesmo mandou fazer das condições de salubridade existentes na província que acabara de assumir. Informações dessa natureza são bastante abundantes na documentação gerada pelos administradores provinciais.

Se informações sobre essa realidade abundam na documentação provincial, resta-nos então uma pergunta. Porque então a completa inexistência de pesquisas sobre essa temática? Porque os historiadores amazonenses não se debruçaram na tentativa de melhor entender essa realidade? Porque no estado vizinho, no Pará, trabalhos sobre essa problemática, ainda que parco, foram produzidos?

Na tentativa de iluminar essas interrogações, podemos levantar a hipótese de que, assim como a historiografia local não se debruçou sobre a temática da saúde, também não se debruçou sobre uma série de outras problemáticas cuja documentação é farta e diversificada, como por exemplo, a dos trabalhadores¹, suas greves, suas formas de organizações e seus vários locais de atuação, sobretudo, na cidade de Manaus. Não quero com isso dizer que devessem ter trabalhado esses temas, o que chamo atenção é sobre a completa ausência existência desses sujeitos sociais.

Acreditamos que a ausência de trabalhos sobre esses novos sujeitos sociais e também sobre as condições de saúde existentes no Amazonas, tem a ver com o grau de cumplicidade extremado por parte da intelectualidade local, partícipe de uma visão de história comprometida com as representações que as elites dominantes locais jactavam-se em manter viva: a memória de um passado saudosista do fausto, uma espécie de época de ouro, uma Belle Époque amazônica e/ou manauara. Desejosos de deixar transparecer a idéia de que a realidade amazônica não havia existido contradições e que essa realidade fosse isenta de outras possibilidades do devir histórico.

As inquietações geradoras desta pesquisa apontavam para a necessidade de explicitar como as primeiras análises históricas sobre a realidade amazônica foram permeadas de contradições e os trabalhos existentes apresentavam de modo insistente o ingresso do homem branco na região a partir de uma perspectiva de *povoamento*. Os resultados desta pesquisa revelam que esta análise histórica, produzida por uma historiografia regional de cunho conservador, acabou escamoteando as tensões vivenciadas no processo de colonização, durante o qual, ao invés de povoamento a região sofreu um processo de depopulação acentuado das populações nativas. A noção de povoamento carrega a imagem de que a região era um grande deserto, quando na verdade era densamente povoada por várias nações indígenas.

A consolidação do processo de imposição da autoridade colonial portuguesa no Estado do Maranhão e Grão-Pará – parte da Amazônia - estava diretamente ligada à ocupação da área, qualificada como de “fronteiras móveis”, dado o caráter de disputa imprimido pelos outros países europeus, como de resto se verificou em outras colônias nessa fase de configuração dos Estados nacionais.

Essa ocupação foi resistida pelos nativos, resultando em perda da população originária. Como se disse, a posse e exploração colonial ligavam-se à ocupação da área, impondo a necessidade de repovoar a região em novas bases.

A depopulação se agudizou claramente em dois momentos históricos:

a) Nos dois primeiros séculos da fase colonial, onde se observa a conjugação de três fatores – A intervenção no manuseio da floresta, que expõe o meio-ambiente amazônico a um desequilíbrio gerador de doenças em caráter epidêmico; os embates entre os habitantes nativos e o colonizador, oriundos das formas de escravização do indígena que, aliados a fatores decorrentes, como a fome e a desagregação espacial, dizimaram violentamente; e as epidemias geradas pelo contato nativo-homem branco, disseminador de doenças invasoras trazidas do Velho Mundo, desconhecidas pela cultura nativa.

b) No início do período imperial, durante a forte reação cabana (1835-1836) quando um contingente popular tomou o poder a um alto custo, tendo em vista a perda de um grande índice populacional.

Se na fase colonial a ocupação da Amazônia (Estado do Maranhão e Grão-Pará) não se consolidou satisfatoriamente nas áreas de fronteira, mostrava-se premente fazê-lo no Império, quando o Brasil encetou movimentos rumo à sua constituição como nação. Em não fazendo, se viveria sob o constante risco de perda de tão rico território, almejado por diversas monarquias européias e até mesmo por norte-americanos. A essa altura a região deixara de ser *paraíso* para configurar-se como *degredo*. Lugar longínquo, insalubre, carregado de exotismo que causava curiosidade e medo em quem o desconhecia. Acresça-se a isto, o fato das outras Províncias do Império, muito mais equipadas para viver o novo momento, disputavam a recepção da mão-de-obra estrangeira, dada a crise do escravismo negro. Isto representou um elemento a mais, em desfavor da Amazônia.

A implantação da Província do Amazonas, em 1852, representou um mecanismo administrativo do poder central para dinamizar a área, já que a tríade saúde-depopulação-precariedade de braços ganhou *status* de entrave à ocupação regional. Para isso, fazia-se urgente equipar uma estrutura administrativa que desse suporte ao saneamento regional trazendo médicos, profissionais habilitados para a tarefa, que diagnosticassem e “curassem” a região fronteira tornando-a novamente sedutora e, por via de consequência, promovendo sua ocupação e exploração. Em meio a esse processo, médicos adeptos de diferentes correntes da medicina, fixaram-se na região e travaram debates sobre sua saúde. A Amazônia foi mais uma vez laboratório de debate das várias teses da ciência, em fase de consolidação nas metrópoles européias. E, mais uma vez, promoveu-se a dizimação do indígena, relegado à exclusão do rosto *nacional* que se queria moldar. Sua sobrevivência só era bem admitida na figura do mestiço.

Para dar conta dessa análise pesquisamos como os dados demográficos sobre a população regional foram analisados. Para tanto, centramos nossa atenção no significado que as epidemias trazidas pelos europeus quando de sua chegada na América e o significado de sua presença, principalmente, na Amazonia brasileira a partir do ano de 1616, início oficial da conquista da região pelos portugueses até as duas primeiras décadas do século XIX. Essa problemática é discutida no capítulo da tese, *Descimentos, Resgates, Guerras e epidemias na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Analisamos o processo europeu de ocupação da região, iniciado em 1616, e mais tarde, em 1621, com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, a fim de dar suportes as ações coloniais no extremo oeste da Amazônia. Das várias frentes postas em prática pelo Estado colonial português na tentativa de consolidar a posse física da região amazônica e empreender a empresa colonial, gerou como resultado uma diversificada documentação gerada pelos poderes coloniais no processo de conquista e de colonização portuguesa na Amazônia.

A decisão de trabalhar essa problemática fez com que desenvolvesse ações pesquisas no sentido de sistematizar a documentação colonial sobre as epidemias na região amazônica. Ao

executar esse procedimento, deparei-me com inúmeras dificuldades devido ao fato das informações serem esporádicas, ainda que atestem que os efeitos das epidemias tenham sido um dos braços involuntários, em alguns momentos e, voluntários em outros, no processo de conquista da região. Portanto, no que tange a subsídios para uma possível história das epidemias, essa documentação mostrou-se bastante esparsa e lacunar, fato este observado pelo historiador paraense Artur Viana, no início do século XX ao empreender pesquisas sobre as epidemias na região, notadamente na Província do Pará.ⁱⁱ

Nesse primeiro esforço sistemático de empreender um estudo sobre as epidemias na Amazônia realizado no alvorecer do século XX, Arthur Vianna escreveu o livro “**As epidemias no Pará**”, hoje, reputado como um clássico para as histórias das epidemias e também para a História da Medicina na Amazônia. Nele podemos constatar, já na primeira parte do trabalho referente a manifestação da varíola na Amazônia que “os documentos existentes na primeira secção da Biblioteca e Arquivo Público do Estado (do Pará), não permitem determinar a época em que pela primeira vez, a varíola invadiu a Amazônia”. O mesmo pode ser dito para uma série de outras doenças infecto-contagiosa que, mesmo não sendo nativas, acabaram por adaptarem-se plenamente a região e, mesmo muitas das vezes, em seus países de origem foram erradicadas, continuando a existir apenas de forma endêmica na região.

Queremos ressaltar o que Arthur Vianna afirmou com propriedade para o Estado do Pará, em 1902, aplica-se com mais propriedade para o Estado do Amazonas. Nele sequer existe uma documentação primária referente ao período colonial. A existente até o ano 2000, era microfilmada e suas temáticas predominantes eram aquelas referentes, principalmente, as questões de fronteiras.ⁱⁱⁱ Mesmo a documentação primária referente ao início do Império é de difícil acesso para os pesquisadores que desenvolvem seus trabalhos no Estado do Amazonas.

A constatação dessa realidade consolidou o corte cronológico 1850-1890 ainda que tendo que explicitar como as doenças e epidemias que acometeram os povos amazônicos eram alienígenas a região e acabaram ficando raízes no Brasil a ponto de estudiosos falarem num processo de brasilianização das doenças européias e africanas.^{iv} A justificativa do porquê desse corte espaço-temporal, deve-se ao fato de, naquele ano, ser instalada a Província do Amazonas e conseqüentemente, a partir daí, ser gerada uma documentação sobre os mais diversos assuntos como podemos depreender da leitura dos inúmeros relatórios, falas, mensagens, dos diversos governos provinciais e de uma série de documentos na defesa da região como propícia às atividades humanas e como *ethos* de civilização sob os auspícios das províncias do Pará e do Amazonas.

A Natureza da Amazônia Tropical, analiso como viajantes e cientistas desenvolveram suas teorias sobre a região, seu clima, demonstrando como propícia vida humana. Ao fazerem essas descobertas *in loco* negavam as teorias concebidas em gabinetes no século XVIII por cientistas

como Buffon, De Paw, entre outros que haviam detratado o Novo Continente, e sua biodiversidade e suas gentes. A partir desse debate discuto como a partir das obras dos viajantes do século XIX, tentou-se provar aos nacionais e estrangeiros a viabilidade do povoamento nos trópicos. Como direta ou indiretamente propuseram um debate a nível nacional incluindo, minimamente, a discussão da região na política de migração estrangeira voltada quase que exclusivamente às províncias do sul/sudeste.

Para tanto me vali dos relatos dos viajantes que estudaram a Amazônia em diferentes décadas do século XIX, período conhecido como “*Redescoberta do Brasil*” A redescoberta do Brasil significou, na prática, uma descoberta do ponto de vista da ciência, sobre a realidade da colônia, depois monarquia, vista sob a perspectiva dos olhares estrangeiros.

Como parte desse movimento iniciado as vésperas do processo da independência, um número significativo de viajantes e naturalistas deixaram suas impressões sobre o Brasil. O importante nesses relatos é que, começaram, *in loco* a colocar em dúvida as avaliações que cientistas europeus haviam propalado como verdadeiras sobre os países tropicais. Suas avaliações sobre a habitabilidade da Amazônia, suas análises sobre o clima como propício à vida humana, são fontes importantes de reflexões e foram usados por médicos nacionais, políticos e propagandistas interessados que estavam em trazer para a Amazônia, migrantes europeus, preferencialmente os franceses e capitais.

Ainda do ponto de vista dos relatos, podemos elencar, os produzidos pelos viajantes nacionais. Documentação importante, ainda que usada em segundo plano pela historiografia regional. Podemos citar os de engenheiros militares, a serviço do império, que escreveram sobre o clima e a salubridade da Província. Um exemplo importante é o engenheiro João Martins da Silva Coutinho, que publicou nos annais da Academia Imperial de Medicina, no Rio de Janeiro.

Essa instituição médica que apregoava as soluções para os males do corpo e do meio tinha um controle editorial rigoroso. As esporádicas publicações sobre a região tinham como um dos objetos de reflexão, a questão de explicitar que era salubre, apta a receber migrantes de outros países. Essa situação causou mal estar em relação as províncias do sudeste, tida como preferencial à imigração estrangeira. As províncias do Norte ao rivalizarem com aquelas, foram alvo de escárnio e acusadas de possuírem moléstias, para além das já existentes. Nesta documentação sobressai uma discussão referente a viabilidade do povoamento da região em função de sua localização geográfica ser próxima a linha do equador. Outras contribuições surgiram como a do também engenheiro Torquato Tapajós que no final do império chegou até ter seu trabalho publicado com aval do presidente da Academia nacional de Medicina.

No capítulo III, *Saúde e Doença na Amazônia Imperial*, procuro explicitar como a Província do Amazonas com os poucos recursos iniciais se ateu para combater as doenças e as diversas

quadras epidêmicas que acometeram a região. Sem um quadro administrativo mínimo, só nos anos de 1870 é que podemos falar de um conjunto de profissionais voltados para a área médica dedicando-se a solução dos diversos problemas daí decorrentes. Neste capítulo veremos as concepções teóricas dos médicos que aqui exerceram suas atividades, as doenças que acometeram os povos amazônicos, as medidas preventivas como a vacinação e como os médicos enfrentaram a resistência da população nativa dotada de um conhecimento milenar adquirido de seu contato com a floresta contrapunham seus saberes aos da medicina alopata. Para dar conta dessas temáticas a fonte que se revelou mais interessante, ainda que permeada de lacunas e imperfeições, foi à documentação produzida pelos órgãos públicos provinciais. Foi a partir dessa documentação que se tornou possível perseguir as primeiras ações no campo da saúde pública, na Província, a partir de 1852 e Estado do Amazonas com o advento da República em 1889.

De uma maneira geral, podemos dizer que, a História da Saúde Pública no Amazonas, efetivamente, tem início quando da criação da Província do Amazonas em 1852. A justificativa dessa assertiva deve-se ao fato de que, a partir dessa data, existe uma preocupação por parte do poder público em estabelecer, pelo menos, ações mínimas no sentido de se ter um mínimo controle sobre as várias endemias e epidemias que passaram a acometer a Província/Estado do Amazonas.

Deste conjunto documental sobressai um conjunto de temas bastante interessante, entre os quais podemos destacar os seguintes: relatos médicos, vacinas, epidemias, quadro nosológico, regiões mais afetadas por doenças, ações médicas e políticas de saúde para a região.

Um outro tipo de documentação levantada, mas que se mostrou pouco frutífera, foi à oriunda dos jornais. Nesse tipo de fonte, as informações sobre saúde, doenças, mostraram-se precárias. Não houve como na província do Pará, debates entre médicos expondo pontos seus pontos de vistas como no caso do cólera que acometeu a região na década de 1850. É compreensível. A época, na Província do Amazonas, havia poucos atrativos econômicos para que, aqui, se fixassem médicos, engenheiros. Os raros profissionais qualificados existentes eram todos militares, como exemplo, os irmãos Moreira, médico e engenheiro que nos primeiros anos da Província acabaram por fixar residência no Amazonas, seguindo depois a carreira política. A situação sofrerá mudanças a partir da década de 1870 quando a borracha passa a ser o principal produto na pauta de exportação da província e sua demanda a nível internacional começa uma escala ascendente e Manaus passa a receber fluxos de migrantes nacionais cada vez maior.

Médicos e engenheiros terão uma atuação bem mais marcante quando a economia gomífera se consolida na pauta das exportações nacional. Este período coincide com o advento da República e os médicos e engenheiros tornam-se figuras de destaque no Estado ocupando cargos na administração, quer seja como funcionários do Estado ou da Intendência, publicam obras, fundam associação médica, participam de debates e congressos nacionais e internacionais, entre outras

atividades, gerando uma documentação importante que são as publicações médicas, relatórios médicos.

No capítulo IV *NATUREZA E MÉDICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*, procuro trazer a tona os postulados médicos oriundos majoritariamente dos profissionais formados pela pelo Rio de Janeiro influenciados pelas orientações formuladas pela Academia Imperial de Medicina.. O postulado médico nesse período foi analisar as diversas manifestações de epidemias como a cólera, a varíola, a febre amarela e as intermitentes sobre o postulado das produções miasmáticas devido a região encontrar-se próxima ao Equador.

ⁱ Somente a partir da década de oitenta, através da produção de historiadores profissionais, é que trabalhos tendo como vertentes Movimentos Sociais começaram a ser produzidos como resultados de dissertações e teses.

ⁱⁱ VIANNA, Arthur. As epidemias no Pará. Belém, UFPA, 1ª edição 1906, 2ª edição 1975.

ⁱⁱⁱ Só recentemente através do Projeto resgate sob a responsabilidade da Arquivista Ester Bertolletti foi reproduzido dos arquivos portugueses a documentação referente ao Rio Negro estando prevista sua disponibilidade ao público no ano 2000.

^{iv} ALENCASTRO. Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes, Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo Cia das Letras, 2000, p,128.